

CPI dos índios se reúne para analisar documentos

Indenização progressiva substituirá a estabilidade



Albano Franco

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

Está prevista para hoje a apresentação do parecer do senador Romão Tito (PMDB-MG), relator da Comissão Parlamentar de Inquérito do Congresso que investiga as denúncias, feitas por O Estado de S. Paulo, sobre movimentos articulados do Exterior para limitar a soberania nacional em áreas indígenas da região amazônica.

O parecer de Romão Tito, que segundo entendimento fixado pela CPI seria dado somente sobre a documentação em que O Estado se baseou, poderá ser adiado. Isso porque o jornal encaminhou ontem à secretaria da CPI documento assinado pelo presidente do Conselho Indígenis-

ta Missionário (Cimi), Antônio Brand, que não havia sido incluído entre os papéis que foram submetidos à perícia, a pedido do próprio jornal, pelo perito Antônio Carlos Villanova.

Há dias, ao tomar conhecimento da existência desse outro documento, o presidente da CPI, deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP), admitiu que ele dava um novo aspecto à questão, afirmando que a CPI pretende aprofundar a investigação das denúncias para além do exame da documentação apresentada por O Estado. O vice-presidente da CPI, deputado Ricardo Flúza (PFL-PE), tem o mesmo entendimento sobre a matéria. Por outro lado, sabe-se que a manobra dos xilias é pedir o fim da CPI e tentar aprovar suas propostas sobre o assunto na Constituinte.

“Denúncia salva a região amazônica”

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

“As reportagens de O Estado de S. Paulo, denunciando a ação de entidades estrangeiras em áreas indígenas ricas em minérios, vieram prestar um grande serviço ao País, evitando a entrega da Amazônia aos países europeus”. A afirmação foi feita ontem pelo vice-presidente da Associação dos Criadores de Nelore do Brasil, José Mário Junqueira de Azevedo, para quem o bom senso na Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado deve prevalecer, visando a dar continuidade às investigações em benefício da soberania nacional.

Segundo Junqueira de Azevedo, a Amazônia vem sendo cobiciada internacionalmente há muitos anos, principalmente pelos países europeus. “Em 1925, os banqueiros europeus pretendiam adquirir 3,5 milhões de quilômetros quadrados da Amazônia em troca da dívida externa, proposta essa rejeitada pelo então presidente Arthur Bernardes. Em 1949, tentou-se criar a hliéia amazônica, alienando o mesmo espaço para organismo internacional, no qual o Brasil teria apenas 1/60, mas também houve rejeição por parte do Congresso”, disse ele.

O representante da associação de nelores ressaltou que, de uns 20 anos para cá “as mineradoras europeias encarregaram as missões religiosas ligadas à Igreja Católica de criar parques indígenas em regiões de subsolos ricos em minérios, mesmo não habitados por índios, a fim de que nestas áreas, cujo acesso é proibido à população brasileira, possam ser explorados e contrabandeados esses minérios”. Prova disso segundo Junqueira, é que o Cimi não toma conhecimento de outras regiões onde ainda existem índios mas cujo solo é pobre, como Mato Grosso do Sul e Rio Grande do Sul.

Para Funai, Cimi pode prejudicar os indígenas

O presidente da Funai, Romero Jucá Filho, culpou o Cimi (Conselho Indigenista Missionário) por eventuais retrocessos nas leis de proteção aos índios que poderão ser causados pela futura Constituição. Segundo ele, a atual legislação brasileira sobre índios é uma das melhores do mundo. A título de exemplo, lembrou que os 27 milhões de hectares de terras demarcadas atualmente, nas quais vivem 250 mil índios, equivalem à área total de seis países da Europa onde vivem 49 milhões de pessoas.

Em entrevista publicada ontem no jornal O Globo, Jucá Filho se diz informado com a pressa do senador Romão Tito (PMDB-MG) em pedir o fim da CPI instaurada para apurar denúncias de que o Cimi defende na Constituinte a tese da soberania-restrita nas áreas indígenas. O presidente da Funai alegou que o órgão não foi ouvido ainda, mas comunicou a diversos constituintes ter de-

núncias a fazer sobre o caso, bem como documentos esclarecedores a respeito dos fatos.

Segundo Jucá Filho, a pressão do Cimi na Subcomissão das Minorias foi tão poderosa que chegou a alijar a Funai no período da coleta de assinaturas para encaminhar sugestões à Constituinte. “Depois de aliados pelo patrimonialismo ideológico do Cimi junto aos constituintes, tentamos garantir o mínimo necessário aos índios na futura Carta. A reivindicação do Cimi é utópica e pode prejudicar a causa indígena”, disse ele.

Na opinião de Jucá Filho, as tentativas de manipulação de comunidades indígenas partem, na maioria das vezes, de entidades católicas, pois as missões protestantes são mais disciplinadas. Segundo ele, diariamente a Funai recebe denúncias de irregularidades praticadas em áreas indígenas, muitas das quais de autoria de missões religiosas.

Garantia de emprego deve ser votada hoje

BRÁSILIA AGÊNCIA ESTADO

A questão da estabilidade no emprego, uma das mais polêmicas da Constituinte, será votada a partir das 14h30 de hoje pela Comissão de Sistematização. Houve tempo para votação na sessão de ontem, mas o presidente em exercício da Mesa, senador Fernando Henrique Cardoso, anunciou o adiamento em função de uma tentativa de as lideranças partidárias chegarem a um acordo que facilite a apreciação da matéria.

A estabilidade no emprego é o artigo sexto do anteprojeto do relator Bernardo Cabral, no Capítulo II, referente aos Direitos Sociais, e estabelece serem direitos dos trabalhadores “a garantia de emprego, proteção contra despedida injustificada, assim entendida a que não se fundar em contrato a termo, nas condições e prazos da lei; falta grave assim conceituada em lei; e justa causa, fundada em fato econômico intransponível, tecnológico ou em infortúnio na empresa, de acordo com critérios estabelecidos na legislação do trabalho”.

Apesar das tentativas de acordo, há tendência entre os constituintes pela aprovação da emenda popular apoiada pela Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, que promove a garantia do emprego com pagamento de indenização progressiva e proporcional ao tempo de serviço, na forma da lei. Tal emenda assegura a estabilidade, salvo nos casos de contrato a termo, ocorrência de falta

que solicitou ontem a suspensão antecipada da sessão da Comissão de Sistematização, para dar tempo à formalização de um acordo entre os partidos. Conforme o parlamentar, o entendimento já estava praticamente definido, faltando apenas acertar detalhes.

Albano Franco ressaltou não estar totalmente afastada a possibilidade de aprovação da emenda dos empresários gaúchos, que não consagra a estabilidade e oferece como alternativa à garantia do emprego a indenização por tempo de serviço.

Mas é provável que o PMDB, o PFL e os setores empresariais cheguem a um acordo, o que praticamente foi antecipado pelo líder peemedebista Fernando Henrique Cardoso.

grave, prazos definidos em contratos de experiência e superveniência de fato econômico intransponível.

Mais sessões

Reunida pela manhã, a Mesa da Constituinte resolveu alterar o horário das sessões, a fim de agilizar os trabalhos, além da prorrogação do prazo de votação, com mais 20 dias, na Comissão de Sistematização. A partir da próxima semana as sessões serão realizadas de segunda a quinta-feira, das 14h30 às 20h30, e na sexta-feira, das 9 às 13 horas e das 15 às 20 horas. Não haverá mais sessões aos domingos e aos sábados elas serão das 9 às 13 horas, prorrogáveis. Segunda-feira próxima, apesar do feriado, haverá sessão a partir das 14 horas.

Na sessão de ontem foram apreciados 66 destaques, mas apenas submetidos à votação — e todos rejeitados por larga margem de votos —, mais por insistência dos interessados do que pela importância das propostas. Os demais foram prejudicados pela ausência dos proponentes ou pela sua retirada. Alguns destaques chamaram a atenção pela curiosidade e impraticabilidade, entre os quais o do deputado Vivaldo Barbosa (PDT-RJ), estabelecendo que a futura Constituição “não perderá sua vigência se deixar de ser observada por ato de força”, ou o do deputado Virgílio Guimarães (PT-MG), propondo que “veículos automotores têm função social e sua não observância acarretará o confisco temporário e definitivo”.

Cabral redescobre o Brasil

JOÃO MELLÃO NETO

Vestibular de Direito Constitucional — 1987
Pergunta: Como colocar cinco elefantes dentro de um fusca?
Resposta correta: A — dois nos bancos da frente, três no banco de trás”.

Consta que, em 1988, logo após o encerramento dos trabalhos constituintes, Bernardo Cabral, com a popularidade granjeada na confecção do texto e a habilidade adquirida de conciliar os contrários, acabou elegendo-se presidente da República. O slogan “Com Jeito Vamos” empolgou as multidões e novamente, após cinco séculos, o destino do Brasil voltava às mãos de um Cabral.

Em uma nação onde, durante décadas, todos os estadistas foram fiéis ao axioma de Stradiavarius (“Poder é como violino, pega-se com a esquerda e toca-se com a direita”), Cabral, um inovador, pretendia adotar o ensinamento de Hamelin (“Poder é como flauta: pega-se com as duas mãos e toca-se com a boca”).

Teorias músico-ideológicas à parte, como fazer para conciliar 130 milhões de partidos políticos? Simples: Fiel ao princípio de que todos os homens são habilidosos na arte de defender em termos morais aquilo que de fato lhes interessa em termos econômicos, basta dar a cada um o que cada um realmente deseja.

O IBGE, sádico elaborador de estatísticas sobre a realidade nacional, foi extinto e, em seu lugar, foi oficializado o Ibope. Índices anteriormente estabelecidos de forma arbitrária, tais como mortalidade infantil, nutrição e analfabetismo, passaram a ser negociados, democraticamente, através de comissões representativas, auscultando, também, a opinião pública.

O índice de inflação foi oficialmente abolido, fator que era de intransigibilidade popular. A nomeação de Wilson Funaro para novamente

dirigir as finanças agradou amplas camadas da sociedade. Fiel à escola neomachista da economia, Funaro tratou de, desta vez, cercar-se de pessoas mais afinadas ao seu estilo. Jeca Valadão, no papel de assessor especial e o dr. Adilson Maguila Rodrigues, no comando da Sunab portaram-se magnificamente bem. A iniciativa privada participou com sua cota, através do fornecimento de equipamentos adequados, C&Sul-Brastemp, para a efetivação de nova política de preços.

O problema agrário foi resolvido de forma satisfatória agradando a todas as facções em litígio. Ronaldo Caiado assumiu a chefia do Mirad e tranquilizou todos os proprietários com a elaboração de um decreto-lei restringindo a reforma fundiária exclusivamente à fazenda do vizinho. Os sem-terra foram efetivados no serviço público, através da criação de plano de carreira, adicional por tempo de serviço e, para as lideranças, gratificação de nível universitário. A Igreja católica foi concedido direito de exclusividade de culto, sendo proibida a invasão das paróquias por todas as demais tendências religiosas.

Ao empresariado nacional, defensor intransigente da livre iniciativa e das leis do mercado, o governo de Cabral também fez algumas concessões. A estatização dos bancos, a concessão ampla de créditos com juros negativos, subsídios e incentivos fiscais foram medidas que obtiveram amplo consenso no meio empresarial. Outras medidas bastante aplaudidas foram a extinção do imposto de Renda e a desapropriação das multinacionais, cujos bens foram repartidos entre os seus concorrentes locais.

As esferas foram agraciadas com uma série de medidas de largo alcance. A liberação de importação do uísque, além da estatização de estabelecimentos como o Gallery, Supremo e Pirandello, que passaram a

servir drinques a preços populares, agradou a todos. A criação da Fundação Karl Marx, especializada em conceder bolsas de estudo e sustento para os intelectuais sem posses, veio corrigir um gravíssimo problema social. Na mesma linha foi instituído o vale-transporte para táxi especial — restrito ao horário da meia-noite às seis — e o direito à assistência psicológica gratuita.

Na área política Cabral soube contentar a todos os partidos, ao triplicar o número de ministérios e criar o direito à oposição remunerada. A CUT esboçou-se com a nomeação de Jair Menequelli para a presidência da Fiesp e o envio de Mário Amato à linha de produção. As demais lideranças trabalhistas foram apaziguadas com a extinção do calendário gregoriano e criação de mês de 38 dias. Atendendo à sugestão de Ivo Noal, o pano verde da roleta foi oficializado como folhinha mensal, onde, a um dia de cor preta, sempre se sucede um de cor vermelha.

A criação do Ministério da Divida, com a indicação do conhecido especialista Jorge Wolney Atalla, repercutiu favoravelmente em todos os setores. A extensão da moratória ao crediário interno e a legalização do cheque sem fundo foram medidas de grande repercussão entre os consumidores. Para compensar possíveis perdas do comércio, Cabral tratou de isentar a atividade de todos os impostos, além de considerar nulas todas as duplicatas emitidas até então.

Nunca houve, na história, um governo tão popular como o de Bernardo Cabral. O que ocorreu com o Brasil, depois de seu mandato, ninguém sabe. Há quem diga que afundou como a Atlântida, há quem afirme que explodiu como a Challenger. Mas, pelo menos, o povo, na sua época, era feliz. E isso é o que realmente importa.

João Mellão Neto é jornalista e Secretário Municipal da Administração



Ives Gandra: a pior Carta desde o Império

‘A Constituição não tem projeto e espinha dorsal’

A Constituição que está sendo feita será a pior do País desde o Império, disse ontem o professor de Direito Econômico da Universidade Mackenzie, Ives Gandra Martins. “Essa Constituição não tem espinha dorsal nem um projeto inicial”, observou. Gandra Martins acredita que o parlamentarismo passará pela Comissão de Sistematização, mas não no plenário, e que os debates se arrastarão até o ano que vem, quando a nova Constituição ficar pronta. O jurista lembra que o presidente da Constituinte dividiu o Congresso em 24 subcomissões, cada uma delas sem nenhum contato com as outras, como se tivesse pedido a um artista que fizesse a mão, ao outro o pé, ao terceiro o tronco, sem contato entre eles. “O resultado é um monstro com as partes isoladamente bem feitas, mas não compostas harmonicamente pela Comissão de Sistematização”, observou. “Veja o capítulo do Poder Judiciário: se adotado como está inviabilizará o Poder Judiciário. O capítulo da ordem econômica inviabilizará os investimentos, e o tributário aumentará consideravelmente a carga fiscal sobre o contribuinte. A intervenção do Estado na economia oferece um

instrumental repressivo maior do que o atual. No direito à vida permite o assassinato de nascituros. No sistema de governo adota um parlamentarismo fisiológico. O segundo substitutivo não cria o direito de dissolução do Congresso, não cria o voto distrital, não cria uma burocracia profissionalizante e nem um Banco Central autônomo. Em síntese, o projeto é muito ruim. Acresce-se o fato de que os próprios assessores que elaboram a Carta em nome dos deputados, não obstante serem eminentes juristas, têm uma nítida tendência ideológica a favor do socialismo, com indiscutível preconceito ao capitalismo e à iniciativa privada.”

De acordo com Ives Gandra Martins, há retrocessos consideráveis, como o direito de greve que não consta em nenhuma Constituição do mundo. “Na minha opinião deveriam começar tudo de novo, começando por reduzir a máquina administrativa à sua mínima estrutura necessária. Com isso se combateria o déficit público e se deixaria mais recursos nas mãos do segmento privado para promover o desenvolvimento nacional. Nos dois últimos anos os economistas oficiais sucatearam o parque industrial brasileiro.”

Na Fiesp, muita preocupação

Os empresários nacionais, representados pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), estão a tal ponto preocupados com os rumos da Constituinte, que pensam apoiar a tese de um plebiscito para referendar a nova Constituição. “Os parlamentares estão extravasando os poderes recebidos nas urnas, pois a sociedade não foi devidamente esclarecida de que poderia haver uma mudança do presidencialismo para o parlamentarismo”, afirmou ontem Sere Abujamra, diretor do Departamento de Economia da Fiesp, após uma reunião de empresários.

Um dos vice-presidentes da Fiesp, Nildo Mazzini, é parlamentarista convicto, mas diz-se “extremamente preocupado que a Constituinte acabe sendo fruto do meio casuístico em que está sendo gerada”. Para o deputado Afif Domingos (PL-SP) o texto está longe do ideal. “Estamos tentando evitar um vexame”, disse ele.

O presidente da UDR, Ronaldo Caiado, por sua vez, afirmou que os ruralistas consideram o esboço de Bernardo Cabral um “bebê de Rosemary”, pois “ninguém sabe quem é o pai”.

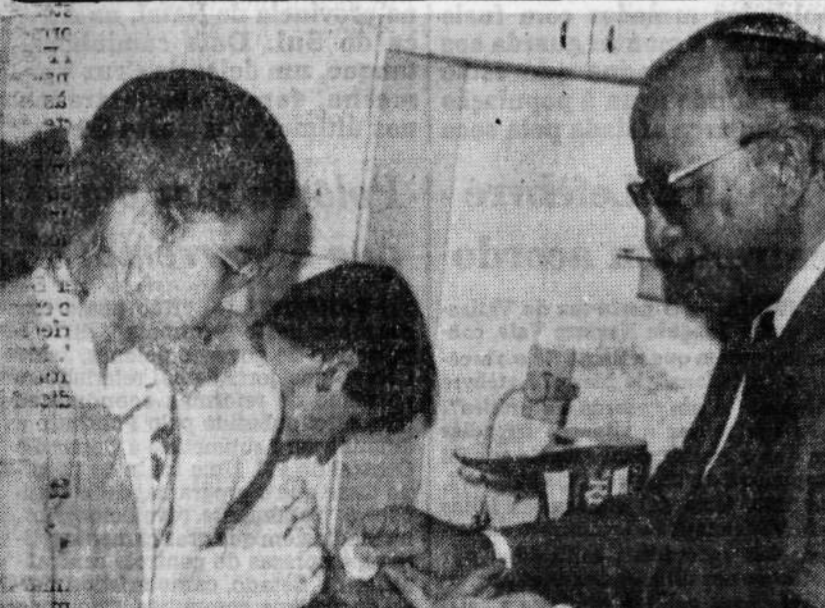


Foto: Alencar Monteiro



Sidney Corrêa/Odyr Porto

Os sem-terra fazem novas manifestações

Seis mil trabalhadores rurais, concentrados há dois dias em Brasília, fizeram ontem duas manifestações diante dos ministérios da Reforma Agrária e da Justiça, pedindo a reforma agrária e o fim da violência no campo. Enquanto isso, um grupo de 150 trabalhadores rurais fazia plantão às portas do plenário da Câmara dos Deputados, onde está funcionando a Comissão de Sistematização, para tentar convencer os constituintes a votarem a favor da reforma agrária proposta pelo substitutivo de Bernardo Cabral.

Os trabalhadores rurais tiveram um encontro de uma hora com o ministro Jader Barbalho, da Reforma Agrária, e lhe entregaram um documento em que informam, entre outras coisas, que 12 milhões de famílias vivem na mais absoluta miséria, na condição de bóias-frias.

No Ministério da Justiça, o ministro Paulo Brossard sentiu-se “ofendido” pelos manifestantes e negou-se a recebê-los. “Faz duas ou três horas que estão me insultando e o insulto não é democrático”, disse o ministro, referindo-se às palavras de ordem — “fora Brossard” e “Brossard é um latifundiário” — durante a manifestação. O documento entregue a Paulo Brossard denuncia a violência no campo: 685 trabalhadores assassinados entre 1985 e os primeiros nove meses de 87.

A saúde dos constituintes

Uma rápida picada, uma gotinha de sangue e, quase imediatamente, o constituinte fica conhecendo sua taxa de colesterol. Por enquanto, os dados levantados indicam que, pelo menos em termos de colesterol, ninguém precisa temer, pela saúde dos constituintes. Os índices apurados em Brasília estão dentro da faixa considerada normal, com poucos casos além do limite máximo (200 mg por decilitro). O próprio presidente do Congresso Nacional, Humberto Luce-

na (foto), para dar bom exemplo, esteve ontem no posto montado pelo Serviço Médico do Senado para apurar o nível de colesterol de deputados, senadores e funcionários. A iniciativa, que conta com o apoio de um grande grupo farmacêutico multinacional, deverá estender-se, a partir do próximo ano, a todas as capitais brasileiras, com o objetivo de estabelecer os padrões de colesterol da população.